

# O uso de drogas de forma pública e explícita nos circuitos de lazer urbanos.<sup>1</sup>

*Fabiano Cunha dos Santos (IFBA).*

Apesar de proibido por lei, o consumo de algumas drogas persiste nas grandes metrópoles contemporâneas abarcando diversas classes, idades e gêneros. As políticas públicas antidrogas não conseguiram conter o consumo, seja privado ou coletivo, e o desenvolvimento deste fenômeno urbano, ainda hoje criminalizado. No Brasil, como explicam E. MacRae e J. Simões, o consumo de maconha se concentrou inicialmente nas camadas pobres da sociedade e foi associada ao costume dos negros escravizados. Mas depois se difundiu para as camadas médias urbanas de classes econômicas mais favorecidas.

A força reivindicatória que exerceria a ‘revolução cultural’ dos anos 60 sobre o simbolismo do uso da maconha, em quase todo o Ocidente, marcou a inclusão do ‘jovem’ num mundo até então concebido quase exclusivamente como habitado pelos bandidos denunciados pela imprensa. A partir dessa década, o costume de fumar maconha deixou de ser apanágio das camadas pobres e marginalizadas e ganhou amplitude entre segmentos da classe média urbana. Nos anos que se seguiram à implantação do regime militar autoritário no país, o uso da maconha adquiriu a conotação de busca por um estilo alternativo de vida, uma expressão de liberdade de pensamento e sensações, praticada por grupos de jovens. (MACRAE; SIMÕES, 2004, p. 22)

Assim, o consumo de drogas ilícitas existe e se mantém, mesmo num contexto proibicionista. A repressão não é fator para a extinção deste hábito, mas pode servir como motivo de resistência cultural ao regime de restrição de comportamentos. Além de obterem as drogas para o consumo pessoal em lugares privados ou em grupos restritos, os usuários também as consomem em público de forma explícita, como forma de lazer e recreação coletiva. Neste sentido, eles *delimitam espaços e tempos* para o uso social, *construindo* diferentes maneiras de usá-las. Em grande parte dos espaços urbanos de lazer, os usuários mantêm o uso controlado e pacífico de drogas como a maconha e o álcool sem perturbar a ordem e o equilíbrio social. Ao contrário do que imagina o senso comum, os *agenciamentos* do uso coletivo de drogas são elementos que *produzem* relações sociais entre pares, ou seja, *as drogas proporcionam sociabilidades nos circuitos de lazer urbano*.

Dito isto, esta comunicação se propõe a analisar os contextos de uso recreativo de drogas em espaços públicos, concebidos aqui como *espaços legalize*. A categoria nativa “legalize” tem

---

<sup>1</sup> V ENADIR, GT 13 - Pesquisas etnográficas em fronteiras difusas e contextos de (i)legalidades.

referência direta a alguns *circuitos urbanos* de lazer no Brasil e representa simbolicamente o contexto (ou *setting*) de uso público e coletivo de maconha e outras drogas. A dinâmica entre os controles e sanções formais e informais se manifesta de forma peculiar, já que a prática permeia o rótulo da ilegalidade. Neste sentido, a depender da substância e do local, seu uso pode ser mais ou menos explícito, mas nunca se esgota.

Ao arrepio do Estado proibicionista repressivo, os *circuitos legalize* constituem uma *exceção* no contexto amplo de guerra às drogas. Em tais *territórios*, o consumo é *relativamente livre* de controles formais, e em alguns locais privilegiados da cidade, sem qualquer tipo de transtorno ou repressão direta. Neste sentido, também podemos pensar nos circuitos legalize como territórios *não-marginais* ou até mesmo *manchas* e *circuitos* urbanos de alto padrão econômico e em perfeitas condições de saúde e segurança.

Desta forma, os usuários de drogas denominam estes locais como “legalize”, que geralmente são espaços públicos de lazer e entretenimento frequentados por pessoas socialmente integradas, tanto de classe média alta, quanto das classes menos privilegiadas. A polícia está ciente da existência desses ambientes (privados ou públicos) e do uso ordeiro de drogas que aí ocorre. Os usuários de uma forma geral estabelecem suas redes sociais e se disponibilizam no território de forma controlada, construindo regras e sanções informais entre si. A organização espacial se dá de acordo com os próprios usuários e sua dinâmica é construída conforme sua ocupação social.

Na maioria desses territórios, a maconha está presente. Sua fumaça densa e seu cheiro forte denunciam facilmente seu consumo, sendo perceptível até em espaços abertos. Assim, quando consumida de forma explícita em locais públicos, outras práticas ilícitas são informalmente autorizadas, caracterizando-os socialmente como legalize. Às vezes, o cheiro denso de cannabis queimada é a certeza de que “está legalize”. Desta forma, as diferentes substâncias proporcionam diferentes dinâmicas sociais, interagindo com os diversos equipamentos urbanos. As redes de pares e grupos sociais, por sua vez, estabelecem controles e sanções, formais e informais para que a dinâmica das ilicitudes ocorra com determinada ordem e obtenha seus efeitos desejados: o lazer.

Os mais variados equipamentos urbanos podem ser espaços legalize e podem também fazer parte de outros circuitos metropolitanos. (MAGNANI, 2012) A depender da classe social que ocupa tais espaços, a qualidade da droga consumida varia. Além disso, também oscila a segurança da integridade dos usuários que frequentam tais locais. Consumir maconha em um camarim com artistas e músicos antes do show é muito diferente do que o fazer na cracolândia.

Segundo estas considerações, foram observados alguns circuitos urbanos para a

realização da pesquisa de uma tese de doutorado. Os territórios escolhidos têm em comum a oferta de lazer e entretenimento, tanto para turistas, como também para os moradores da cidade. Para dar alguns exemplos, foram feitas etnografias, em São Paulo, Rio de Janeiro e em Salvador, mais especificamente no Centro Antigo da capital baiana.

Este trabalho antropológico, portanto, propôs investigar estes circuitos urbanos de lazer, onde o uso público e generalizado de drogas é comum e recorrente. Desta maneira foi analisada a relação do uso de drogas e o circuito de entretenimento urbano. Através de uma pesquisa de cunho qualitativo propomos analisar e entender como se dava a dinâmica social nestes espaços públicos e o comportamento dos atores envolvidos na cena. Neste sentido, o objeto da pesquisa foi o *uso recreativo* de drogas em circuitos de lazer na cidade. A ocupação e produção destes territórios implica na construção de sociabilidades específicas com o objetivo de driblar as sanções formais repressoras.

Atualmente, o consumo de drogas, em especial da maconha, é um dos fenômenos mais frequentes e tradicionais em eventos de lazer urbano, apesar das políticas públicas reprimirem este tipo de comportamento social. A partir daí, a pesquisa visou investigar a realidade social e cultural dos usuários de drogas e suas sociabilidades ao ocuparem os mais diversos circuitos urbanos para fins recreativos e as implicações decorrentes dessa ocupação. Da mesma forma, o objetivo desta comunicação é aprofundar as discussões sobre a dinâmica do uso explícito de drogas observados em circuitos de lazer urbanos.

Em campo percebemos uma interação entre estes espaços urbanos, caracterizando a formação de circuitos de uso de drogas, pois são construídos por uma certa ordem, um ritmo e regras de comportamento entre os usuários de drogas na cidade. Identificamos também, através da observação, a existência de um certo *acordo informal* entre os representantes das sanções formais e os consumidores de drogas produzindo, assim, uma série de regras ocultas peculiares àqueles que frequentam tais espaços urbanos.

Diante deste contexto sociocultural, surge a problemática desta pesquisa: Como entender o consumo explícito de drogas em equipamentos urbanos, apesar da política de criminalização e repressão? Como se dá a organização social destes espaços durante os eventos de lazer? Como os usuários de drogas se dispõem no território diante das outras redes de grupos e quais as suas estratégias para driblar as sanções formais e estabelecer um uso resguardado de drogas ilícitas? Como a comunidade ao redor lida com os eventos? Qual a participação do Estado em relação aos usuários desse espaço urbano? Quais as diferenças do consumo de drogas entre os locais e as peculiaridades próprias que cada espaço proporciona? Para responder a questões como essas, optamos por realizar uma análise comparativa entre os equipamentos

urbanos pesquisados, onde o consumo de drogas é frequente, no intuito de elucidar os aspectos concretos e simbólicos relativos ao seu circuito urbano.

### **Os controles e rituais sociais.**

Segundo N. Zinberg (1984), os efeitos do uso das substâncias ilícitas dependem das atitudes e personalidade do usuário (*set*), do meio físico e social onde ocorre o uso (*setting*) e da droga propriamente dita. Isso significa, por exemplo, que o uso controlado de maconha depende: dos efeitos farmacológicos da erva no indivíduo; da sua relação pessoal com a substância; e dos *controles sociais* implicados nos rituais de uso.

Os controles sociais se organizam em *sanções sociais* e *rituais sociais* que representam tanto as normas e as leis políticas formais que definem se e como determinada droga deve ser usada, como também, os valores e regras de conduta compartilhadas informalmente por grupos de maneira não explicitada (ZINBERG, 1984). Regido por regras, valores e padrões de comportamento, esses controles sociais funcionariam de quatro maneiras: definindo o que é uso aceitável e condenando os que fogem a esse padrão; limitando o uso a meios físicos e sociais que propiciem experiências positivas e seguras; e identificando efeitos potencialmente negativos.

Uma das categorias fundamentais para a análise do consumo público de drogas é o de *ritual social*, pois demonstra elementos de elaboração simbólica. A construção e o uso de certos equipamentos de acordo com uma ordem correspondem a uma funcionalidade instrumental que sinaliza o início de uma sequência ritual, acentua a experiência do efeito da droga e reduz a ansiedade (ZINBERG, 1984).

Segundo E. MacRae, os rituais sociais são padrões estilizados de comportamento recomendado em relação ao uso de uma droga.

Eles seriam aplicados aos métodos de aquisição e administração da substância, à seleção do meio físico e social para usá-la, às atividades empreendidas após o uso, e às maneiras de evitar efeitos indesejados. Dessa forma, esses rituais reforçariam e simbolizariam as sanções sociais. Os controles sociais para todas as drogas, lícitas ou ilícitas, atuariam em diferentes contextos sociais, indo desde grupos muito grandes, representativos de uma cultura como um todo, até pequenos grupos específicos e sua vigência se aplicaria de maneira variada em diferentes momentos. Assim, certos tipos de uso, em ocasiões especiais, envolvendo grandes números de pessoas, apesar de sua diversidade cultural, tornar-se-iam tão aceitáveis que mesmo uma legislação restritiva poderia ser momentaneamente posta de lado (MACRAE, 2001, p. 2).

São nos rituais sociais que se produzem os controles sociais e conseqüentemente o

aprendizado social do uso público de drogas. Sobre isso, E. MacRae acrescenta:

Os controles sociais informais, as técnicas de uso, a percepção e apreciação dos efeitos e a elaboração de conceitos que justificam e mantêm, para o indivíduo, o seu padrão de consumo constituem a chamada “subcultura da maconha”. Essa subcultura tende a ser o resultado de experiências através de redes informais de comunicação entre usuários. Portanto, para que essa informação circule, é necessário que os consumidores estejam ligados entre si por um determinado período de tempo e mantenham um sistema de relações, através do qual se articulam uma série de entendimentos comuns sobre determinada substância e as melhores maneiras de utilizá-la. (MACRAE, 2003, p. 5)

Howard Becker (2008) também desenvolve estudos sobre os controles sociais estabelecidos no contexto de usuários de maconha. Segundo ele, por meio de uma experiência de aprendizagem com outros usuários, os consumidores assíduos da cannabis seguiam os seguintes estágios: a) aprender a inalar da maneira correta; b) aprender a reconhecer os efeitos; c) aprender a considerar os efeitos como algo prazeroso; d) aprender a enfrentar as formas de controle social que desaprovam esse hábito e de justificar o seu comportamento diante da condenação moral.

Dito isto, consumir drogas de forma explícita na cidade depende de *uma série de regras distribuídas em rede de grupos*. Essas regras implicam saberes *para além* da carreira do usuário de maconha, descrita por H. Becker. Aqueles que fazem uso explícito de drogas, em espaços de lazer urbano, também precisam conhecer *quais* são as possíveis sanções formais e *onde* elas podem ocorrer. O interessante é entender por que em determinados espaços da cidade tais regras se mantêm mais ou menos sólidas em relação ao consumo explícito de drogas. Segue, portanto, a necessidade de se compreender a noção de “setting” (ZINBERG, 1984) que é justamente o *palco* onde se dão os rituais sociais, controles formais e informais, ou seja, o aprendizado social relativo ao consumo público e explícito de drogas ilegais.

Além dos saberes e controles informais construídos pelos usuários de drogas, a organização e ocupação dos espaços de consumo se demonstra como um dos mais importantes. A sociabilidade em territórios urbanos se dá em relação aos grupos que ocupam estes espaços e lhes atribuem significado simbólico de acordo com suas características sociais. J. G. Magnani (2012), ao pesquisar os espaços de lazer urbanos, chamou atenção para a forma como se dá a relação que os atores sociais mantêm com os seus territórios. Além disso, percebemos que há diferenças da forma de consumo destas substâncias ilícitas a depender dos locais e das peculiaridades próprias que cada espaço proporciona.

O consumo coletivo começa com uma pessoa disposta a preparar a melhor forma de consumir a droga. No caso da maconha essa tarefa é feita por um alguém competente em

confeccionar baseados. Depois de pronto, o cigarro pode circular e às vezes se desligar da sua roda original, vindo a proporcionar outras sociabilidades em outras rodas de fumo. Em relação à cocaína, quando consumida de forma explícita, os usuários preparam uma base lisa e limpa para separar as *carreiras* ou *linhas*. O agenciamento desta substância psicoativa é menos explícito e mais restritivo, sendo apenas dividido para quem ajuda na aquisição ou oferece favores.

O campo demonstrou que, geralmente, os usuários de cocaína procuram um canto escuro, uma toailete, ou algum equipamento que os concedam mais privacidade. Da mesma forma, é difícil perceber pessoas consumindo LSD, já que muitas vezes a substância é ingerida momentos antes ou de forma facilmente escondida. Em campo, pude perceber que o comportamento destes usuários tem padrões e controles informais específicos durante os eventos de lazer. Alguém que consome cocaína em um bar ou restaurante, geralmente se desloca com mais frequência para ambientes reservados. Igualmente, os usuários crônicos levam constantemente uma das mãos às narinas. Aqueles que consomem LSD, por sua vez, são os mais agitados e demonstram sentimentos de euforia que se destacam na multidão.

É importante notar que o uso de drogas está espalhado por quase todos os espaços urbanos e em quase todas as relações sociais, principalmente se o recorte for o lazer urbano. Seja numa praça pública ou num local privado e pouco exposto à repressão proibicionista, as mais diferentes drogas são consumidas, desde o tabaco e a cerveja, até o mais temido crack, independente do equipamento urbano. O que vai determinar um espaço ser ou não legalize serão tanto a frequência de uso, mais ou menos constante, quanto a *tolerância* das redes de pares envolvidas, incluindo usuários e não usuários de drogas ilegais.

Assim, o tipo de droga consumida em público não é limitado pelo espaço geográfico em si, ou circuito urbano, ou seja, o que vai determinar o consumo público e explícito de uma determinada droga ilegal, não é o espaço, mas sim, o contexto prático da situação. O crack, por exemplo, pode ser consumido por artistas famosos em lugares frequentados pela elite e a mais pura cocaína pode ocasionalmente ser oferecida gratuitamente nas vielas e becos mais perigosos do Centro Antigo de Salvador. O que vai determinar onde e qual droga é consumida não é o usuário ou o local, mas a relação íntima entre os grupos ou rede de pares e os espaços urbanos ou as chamadas territorialidades. (PERLONGHER, 2005)

## **O Campo.**

O Centro Histórico, conhecido como Pelourinho, foi tombado como Patrimônio Cultural

da Humanidade e o planejamento estatal visou implementar políticas de revitalização do espaço para oferecer opções de lazer e turismo, além de aquecer o comércio e a economia do local. Os eventos culturais, algumas vezes gratuitos, acontecem entre a região do Terreiro de Jesus e o Largo do Pelourinho, onde se localizam os largos ou praças de show, os bares, restaurantes e pousadas. Nesta localidade, as habitações são majoritariamente de caráter comercial e não residencial, justificando-se aí a preferência de investimento público.

As políticas de revitalização criaram alguns espaços onde diversas bandas e grupos culturais se apresentam nas diferentes estações do ano. São eles: o Largo Quincas Berro D'água; o Largo Pedro Arcanjo; a Praça das Artes; o Largo Tereza Batista; além da praça Terreiro de Jesus. Durante toda a semana o Pelourinho oferece diversas atrações musicais locais e de fora da Bahia, aquecendo a economia da região e garantindo o comércio e os serviços turísticos planejados para o espaço público. Os eventos são gratuitos ou pagos e a população que frequenta é bastante diversificada em termos de gênero, idade, estilo e classe social. A depender dos eventos e do público, o consumo de drogas, especialmente a maconha, é bastante presente nestes espaços de lazer.

Outra região frequentada para o consumo público de maconha e outras drogas é o Carmo, mais especificamente a Escadaria do Passo. Ao subir a Ladeira do Carmo, antes da Igreja do Carmo, chega-se à escadaria, que foi palco para os shows semanais do cantor Gerônimo Santana e sua banda Mont' Serra. Todas as terças-feiras, esse ícone do axé baiano se apresentava para o grande público de graça no local, bem em frente à Igreja do Santíssimo Sacramento. Um dos fenômenos sociais muito frequente na região é o uso de drogas ilegais, principalmente para fins recreativos, em meio às aglomerações de pessoas. Apesar da presença ostensiva da polícia, os usuários se organizam informalmente para consumir substâncias psicoativas proibidas por lei.

Outro espaço público tradicional de consumo que foi objeto de etnografia é o Museu de Arte Moderna de Salvador, que também é tombado como Patrimônio Cultural da Humanidade. Aos sábados, o local é utilizado para um evento de jazz onde grandes músicos da cidade e de fora se apresentam de forma improvisada para um público "alternativo". A segurança do evento é feita por uma empresa privada, possibilitando aos frequentadores usarem drogas à vontade sem a repressão estatal típica do combate ao uso de drogas. O local compõe um dos circuitos de uso de maconha, muito conhecido em toda a capital baiana pelo consumo da droga ilegal.

Em campo, foi possível perceber territórios ocupados por usuários de drogas, assim como alguns controles informais sem os quais impossibilitam tal fenômeno social. As rodas de fumo só se estabelecem quando há uma certa tradição de consumo, ou seja, quando o

equipamento urbano, em sua relação com as sociabilidades que a ocupam, comporta uma certa tolerância social para o uso de drogas, sejam legais ou ilegais. Para consumir crack no Pelourinho, ou cocaína nos restaurantes e bares caros do Centro Histórico de Salvador, é preciso ter noção prática e conhecer as territorialidades onde é possível o fazer.

Em outubro de 2012, em um domingo, estive no Porto da Barra, em Salvador. Neste dia havia eleições regionais e já se passava das cinco horas da tarde. Observei jovens adolescentes, mães, vendedores e pessoas em situação de vulnerabilidade consumindo coletivamente maconha, além de muitas bitucas de cigarro e latas de cerveja ao redor das rodas de fumo. Percebi que não havia preocupação com as sanções formais, apesar das rodas de fumo estarem visíveis às câmeras e a agentes policiais disfarçados, supostamente designados para identificar se há algum desacato ou infração da lei.

Sobre este campo, definitivamente parte do circuito legalize de Salvador, algumas questões podem ser levantadas: por que seria comum e constante a ocupação por usuários de drogas ilegais em uma determinada região da praia? Por que existe o deslocamento em massa para lá e não para outros lugares da mesma praia? Quais são estes motivos e será que eles pertencem somente a esta territorialidade? Seria apenas uma questão de estratégia? Tradição? Costume? Segurança?

Ao pôr do sol, a praia fica cheia de banhistas e ambulantes. Pelo menos mil pessoas devem pisar na sua areia a cada dia. Muitos são usuários de drogas ilegais e praticamente a todo o momento se sente o cheiro de maconha *prensada* ou *solta* queimada no ar. Muitos dos usuários preferem a beira mar, no extremo direito onde se localizam as pedras e o acesso mais próximo é distante, o que garante total visibilidade dos controles e sanções formais que possam estar em ação. As rodas de fumo são variadas. Os grupos e suas redes de pares variavam entre um a 15 indivíduos, envolvendo homens e mulheres, jovens e adultos, ricos e pobres e, muitas vezes, transgêneros, que também são acolhidos nesta mancha legalize. As rodas de fumo dividiam as tarefas entre os usuários que não necessariamente eram todos conhecidos ou de confiança.

Na praia, os vendedores de bebidas ou comidas, que também alugam cadeiras e sombreros, tem um relevante papel mediador na sociabilidade estabelecida entre os banhistas e turistas em geral. Estes trabalhadores, em sua totalidade negros, se misturam com uma multidão de pessoas todos os dias da semana e principalmente aos sábados e domingos. Assim como em outras praias de Salvador e do Rio de Janeiro, encontram-se ambulantes que vendem camisas, cangas, chapéus, picolé ou queijo assado. A grande maioria deles consome maconha

antes, durante ou depois do trabalho. Já outros, em número não menos expressivo, consomem cocaína ou crack, mas praticamente todos e todas consomem álcool.

Até o pôr do sol, foi possível identificar pelo menos dez rodas de fumo e nenhuma foi reprimida. Observei neste dia de eleições, quatro jovens adolescentes menores de idade se aproximando do território ocupado pelos usuários de maconha, no canto extremo direito da praia. Ao todo eram cinco garotos que compartilhavam três ou quatro cigarros da erva. Ao lado deles, um rapaz sentado sozinho na pedra fumava seu baseado sem se preocupar com as crianças que o observavam. Talvez o usuário não perceba, mas quando consome maconha, seu corpo se manifesta diferentemente quando consome tabaco. Geralmente o cigarro de maconha é segurado com os dedos polegar e indicador. Outra característica diferente é a forma de inalar e prender a fumaça nos pulmões, próprio do consumo de maconha. Além disso, a maconha é fumada na maioria das vezes em grupo ou em rodas, já o tabaco é consumido individualmente e seu compartilhamento não é valorizado.

Nessa ocasião, pude presenciar um episódio irônico. Por um lado, duas jovens trajavam roupas de banho se aprontavam para sair da praia, depois de um dia inteiro de descanso e entretenimento. Com certa pressa, terminavam uma bagana (final) do baseado e uma delas até continuou a fumar, mesmo caminhando através da praia, em direção ao carro, estacionado justamente em frente do antigo módulo da polícia militar. Já na região do acesso à praia, em frente à escada de concreto, e ao longo do passeio, onde se aglomeram pessoas e os carros ficam estacionados, a música de ritmo baiano soava e tocava canções eróticas, o que fazia os jovens e as garotas dançarem em conjunto, enquanto bebiam coletivamente cervejas em lata. Um som de alerta policial, comum nas músicas de pagode soteropolitano, foi motivo para a sanção formal por parte de alguns policiais fardados que em poucos minutos abordaram o dono do carro para averiguar algo. Ironicamente sua autoridade apenas conseguia coibir este tipo de infração naquele dia de eleições, e nada se fez para prevenir o consumo ilegal de drogas (no caso em específico, também incluindo o álcool).

Como dito, os usuários de drogas (e mesmo os não usuários), ao ocupar qualquer equipamento urbano, geralmente estão a par dos territórios onde o consumo de drogas ilegais é socialmente tolerado. Da mesma forma, as autoridades de segurança sabem e de certa forma controlam os circuitos legalizados, mas por algum motivo agem de forma seletiva, ou seja, flexibilizam as leis em certas territorialidades, mas reprimem os circuitos mais vulneráveis.

Em outras palavras, o uso recreativo de maconha, mesmo que seja de forma coletiva por um grupo de adultos de classe média alta, brancos instruídos sobre seus direitos e deveres, tem menos chances de sofrer repressão policial do que *no fluxo*, ou mais conhecida como

*cracolândia*, no bairro da Luz. A razão para isso seria as diferentes condições sociais dos diferentes circuitos.

O trabalho de campo também descobriu como se dá a organização social destes espaços durante eventos de lazer e como esta se torna fundamental para driblar os representantes das sanções repressoras. Durante o período da pesquisa, também tive a oportunidade de ser convidado para a Segunda Copa da Maconha, que aconteceu no Rio de Janeiro, em 2013. É curioso pensar que num país onde é legalmente crime portar drogas, seja possível organizar e produzir eventos de competição entre as mais diferentes espécies de sementes cultivadas no Brasil. Para isso, uma série de meios e estratégias são utilizadas para evitar uma possível repressão e até mesmo, a prisão dos participantes, já que o público, em sua maioria, é de *growers*, ou cultivadores caseiros de cannabis.

Para evitar possíveis constrangimentos legais, os organizadores do evento estabelecem quem, quando e como chegar no local exato que, no caso, foi em um antigo hotel do interior do estado. A divulgação da II Copa da Maconha se deu através das redes sociais para um grande público, mas somente os pagantes e convidados sabiam as coordenadas corretas. Neste sentido, podemos perceber algumas das estratégias para estabelecer um uso resguardado de drogas ilícitas, demonstrando uma lógica racional e eficaz no comportamento dos grupos de redes de usuários de drogas.

Ao chegar no antigo hotel, hoje desativado, fui muito bem recepcionado pelo dono do estabelecimento, que havia alugado para os organizadores do evento. Depois de se apresentar, explicou que estava ali porque também gostaria de participar da copa, apesar de não poder competir naquele ano. Ao seu lado, dois jovens cultivadores do sul do país, também muito amigáveis, me ofereceram um reforçado café da manhã e depois um pouco de chimarrão, acompanhado com suas melhores flores, as quais seriam suas amostras competidoras.

O evento foi bem sucedido, apesar de alguns competidores e um dos organizadores terem sido detidos momentos antes. Para garantir sua liberdade, foram obrigados a negociar pertences seus de valor como suborno. No final, competidores, jurados, organizadores, convidados e até os funcionários aproveitaram para fumar um grande baseado preenchido com as mais bem avaliadas ervas cultivadas em território nacional.

Por fim, todos presentes tiveram a oportunidade de confraternizar, se divertir e também vender seus produtos. Apesar de criminalizada, a reunião de cultivadores teve um forte suporte logístico para evitar uma possível repressão. Um dos fatores fundamentais é seu potencial lucrativo, já que a indústria da cannabis vem crescendo a cada ano no mercado global, assim, os organizadores podem facilmente contornar eventuais problemas legais. Neste sentido, a

Segunda Copa da Maconha, de certa forma, é também uma via para os investidores nacionais e estrangeiros divulgarem seus produtos e serviços comerciais relacionados à maconha. De canecas, roupas e calçados, até artefatos para o consumo da erva são comercializados. Para um dos organizadores “a indústria da maconha é promissora. Há demanda e os negócios só crescem. Estamos lançando uma revista só sobre maconha, ou seja tudo relacionado a erva.” Hoje em dia, o meio de sustento de sua família está neste ramo comercial.

Em São Paulo, tive a oportunidade participar das sociabilidades do chamado *morrinho*, um território dos estudantes localizado em um pequeno planalto entre a faculdade de história e a de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Este pedaço legalizado também poderia ser definido como uma mancha de estudantes que consomem maconha e outras drogas, como cerveja, café, tabaco e até alucinógenos. No *morrinho*, também participei das reuniões da Frente Universitária de Mobilização Antiproibicionista (FUMA) e lá, todos ou quase todos fumavam maconha enquanto organizavam mobilizações sociais e eventos antiproibicionistas.

Uma mestrandia em Antropologia, que foi fundadora da FUMA me explicou como surgiu o grupo. Seu relato é muito curioso e desperta a atenção para regras, controles formais e informais, e agenciamentos peculiares a esta territorialidade. A antropóloga me explica que em 2011, dois jovens negros estavam sentados dentro do carro, não no *morrinho*, mas no estacionamento que fica bem à frente. Na época, a polícia militar tinha ordem formal para servir e proteger os cidadãos dentro do campus. A suspeita da fundadora da FUMA era de que uma brincadeira entre policiais novatos e veteranos acabou criando um prejuízo material e moral de grandes proporções para a própria polícia.

A brincadeira consistiu em abordar e deter esses dois jovens que estavam conversando e aproveitando um tempo de lazer entre o intervalo das aulas. Porém, depois da abordagem houve uma grande confusão entre estudantes, o grêmio estudantil, professores e policiais que tiveram que pedir reforço para tentar sem sucesso conter a desordem. Tal confusão ocasionou a ocupação da reitoria, em 2011, e foi noticiada em todo o Brasil pela mídia de massa.

A antropóloga me explica que para impedir que os jovens estudantes negros fossem detidos, uma grande aglomeração começou a enfrentar a operação já ordenada antecipadamente. Segundo ela, os estudantes convocaram líderes estudantis para tentar reverter a situação e exigir a imediata libertação dos jovens. Uma professora até teria questionado os oficiais em tom agressivo sobre o porquê da abordagem violenta e da detenção dos jovens. Os policiais teriam respondido que esses estavam de posse de maconha e a consumiam de forma explícita. A professora teria gritado: “então vocês vão ter que me levar daqui também! Eu tenho um beck (baseado) aqui na minha bolsa, olha aqui!”. A professora, então, teria retirado um

pouco de erva prensada e aguardado alguma reação por parte dos policiais, o que não aconteceu. A situação teria ficado muito constrangedora, pois outros estudantes, naquele momento, também consumiam drogas no morrinho, mas os oficiais só queriam levar detidos estes dois jovens negros.

Quando os reforços chegaram, que segundo a descrição seriam “algumas” viaturas, os estudantes teriam se revoltado mais ainda e partido para o ataque. A própria polícia não conseguia estabelecer ordem, já que aquela operação legal ameaçava a autonomia e liberdade dos estudantes de forma tão violenta em seu próprio pedaço. Depois de muita negociação, o acordo foi feito entre os estudantes e policiais e os jovens estudantes acabaram sendo detidos. No entanto, segundo minha fonte, a contrapartida dos estudantes foi a ocupação da reitoria e a vontade coletiva para o fim da autorização e permanência dos policiais militares dentro do campus. A antropóloga conta:

então truta, os alemão já tinham feito duas abordagens em duas outras faculdades aqui no campus e tocado o terror nos muleque da quebrada (periferia) e quando chega aqui na FFCHL e fica pagando de bacana?! É ruim, hein! Aqui nós é firmeza, no morrinho todo mundo sabe que é legalize, até os milico. Quando eles vieram chegar em nós o bicho pegou, mano!

Seu relato é interessante para pensar sobre as estratégias de proteção desta mancha legalize cuja a territorialidade é a Universidade de São Paulo. Porque seria mais audaciosa, por parte dos policiais, a detenção dos jovens na mancha entre as faculdades de filosofia, ciências humanas e letras? Teria a ver com a formação filosófica e política dos estudantes das humanidades em torno desta territorialidade? Por que a simples detenção de dois jovens negros gerou um prejuízo material e moral?

A reflexão que o campo induz a pensar é que o agenciamento desta territorialidade e os elementos simbólicos próprios do morrinho constroem não só a tolerância social do consumo coletivo de drogas nesta mancha ou pedaço, mas também *a legitimidade social e política de que aquele equipamento urbano é parte do circuito legalize da zona oeste de São Paulo*. São muitos aqueles que frequentam o morrinho, desde estudantes ricos da zona sul da capital, até jovens e adultos das periferias mais distantes da metrópole paulista em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, este circuito legalize estabelece redes e sociabilidades com muitas outras redes e circuitos urbanos.

Assim, a dinâmica peculiar do uso de drogas de forma explícita em espaços públicos urbanos é multifacetada. Isso significa que a depender da sociabilidade, agenciamento, territorialidade e das redes/grupos/circuitos, a exposição do consumo sofre específicas

variações, ou seja, é na relação deste fenômeno com outras territorialidades urbanas que os *circuitos legalize* são produzidos e constituídos. Alguns requisitos são fundamentais para que as drogas ilegais sejam consumidas em meio a grandes aglomerações: a ausência das forças formais de repressão, a tradição de consumo generalizado e recorrente no local, as redes que a ocupam e, principalmente, a ordem (simbólica) pacífica entre as próprias redes quando agenciam sociabilidades em diversos circuitos, inclusive esotéricos e religiosos.

## **Conclusão.**

Neste sentido, a conclusão final a que chegamos com a pesquisa de campo e análise dos dados é de que o consumo de drogas ilegais também faz parte das sociabilidades do circuito do lazer da cidade. O resultado da análise indicou que a Antropologia Urbana deve considerar os estudos da Socio-Antropologia das Drogas em seus trabalhos de campo. Dito isto, este trabalho pretendeu descrever e analisar as práticas e saberes formais e informais de consumo público e explícito de drogas ilícitas (e lícitas) em espaços urbanos. Assim, tentou-se fazer uma articulação entre o “saber nativo” e os entraves envolvendo a criminalização dos sujeitos. Constatou-se, portanto, que faz parte da política proibicionista ignorar a eficácia do saber dos usuários.

Para além disso, conseguimos identificar que o Estado participa e até financia a produção dos espaços. Em contraponto, ele também se relaciona de forma violenta e repressora através da atuação da Polícia Militar que tenta inibir o consumo de forma geral, mas acaba por selecionar os locais e as pessoas a serem abordadas e detidas. O consumo de drogas ao ser tratado como uma ilegalidade, acaba produzindo corrupção e violência por parte do Estado. Além disso persegue usuários e traficantes em nome da política de guerra às drogas. A violência não se liga ao uso de drogas em si, mas sim à proibição do consumo destas.

Através da análise etnográfica também pretendemos levar a discussão das políticas públicas contemporâneas sobre drogas no que tange à sua eficácia e justificativa. As repentinas e imprevisíveis operações policiais, que agem mediante as estatísticas ou pelo “desejo” de superiores se demonstram como uma variável inconstante e sem sentido. As observações feitas durante esta pesquisa não conseguiram estabelecer uma lógica coerente para as operações da Polícia Militar. Ou seja, a sua função básica de prevenção ao uso de drogas não parece que é um fim em si, dando-se mais importância ao controle de populações. Os efeitos preventivos da repressão policial são colocados em questão perante a constatação de que, mesmo aqueles que foram detidos, não abandonam a prática do uso público, levando a constatação da recorrência

do consumo público de drogas pelos já advertidos pela justiça. Conclui-se, então, que, na prática, as sanções formais não são respeitadas e não são efetivas. A partir da observação em campo, têm-se a impressão de que há uma maior ênfase na criminalização da pobreza do que com a segurança, prevenção e cuidado com a saúde física e mental dos usuários de drogas por parte das políticas públicas de Estado.

A guerra às drogas, enquanto modelo político do Estado, mais parece, de fato, servir para o controle social e a criminalização da pobreza e não para a melhora da saúde e segurança públicas. Assim como os projetos urbanísticos de revitalização e requalificação dos centros urbanos contemporâneos, a política de enfrentamento às drogas e seus usuários corresponde aos interesses neoliberais da globalização capitalista que acaba excluindo e eliminando a grande maioria da população pobre. (WACQUANT, 2001)

Afinal, pode-se constatar que as sanções formais executadas pela polícia militar não correspondiam a uma lógica de prevenção e educação aos cidadãos. Algumas vezes a sua presença ostensiva não significava a certeza de repressão ao consumo explícito. No entanto, a sua ausência não eliminava a tensão de uma possível operação surpresa com um grande efetivo instruído para aterrorizar os usuários de drogas. Como observado na Escadaria do Passo, às terças-feiras, nos dias em que havia alta taxa de consumo, repentinamente surgiam viaturas cheias de oficiais fardados prontos para abordar e interrogar, de forma autoritária aqueles que simplesmente desejavam uma noite de lazer no Pelourinho. Geralmente os abordados e detidos eram jovens, negros e pobres das periferias de Salvador. Portanto, o agenciamento do consumo público e explícito de drogas é relativo ao tipo de equipamento urbano, variando assim os fatores liberdade e risco para certos contextos ritualísticos peculiares a cada droga e, principalmente à rede de pares a qual se situa o usuário de substâncias psicoativas.

Diante do que afirmamos, o uso das substâncias psicoativas é antigo e se perpetua na contemporaneidade, apesar das políticas públicas atuais em relação a determinadas drogas adotarem uma postura de combate e guerra ao seu tráfico e uso, de forma essencialmente repressiva. Em consequência dessa perseguição oficial, os usuários de substâncias ilícitas acabam produzindo e ocupando espaços para consumi-las de forma pública e coletiva e para fins recreativos. Sobre esses lugares, não há preocupações maiores dos meios de comunicação de massa e nem do Estado, na medida em que não envolvem a segurança pública mais pesada e repressora e não mobilizam os órgãos de saúde competentes para educar os usuários. Neste sentido, o Estado tem conhecimento dos espaços legalize, mas não interfere na dinâmica social do uso de drogas.

Por fim, apesar de observar a construção do *aprendizado social do uso público e explícito de drogas*, percebi em campo que os usuários ainda carecem de mais informação e conscientização sobre a prevenção e redução de riscos e danos em relação às drogas, principalmente no uso de cocaína e LSD. Quando interrogados, os interlocutores não demonstram muito conhecimento sobre os riscos e danos para a saúde mental e física, no consumo de drogas tanto legais com ilegais. Assim, não demonstram preocupação com episódios de embriagues alcoólica ou com possíveis danos decorrentes de um uso excessivo da maconha. Além disso, não há preocupação com a higiene e qualidade das substâncias consumidas, especialmente por parte dos usuários de drogas sintéticas ou refinadas, que nunca sabem ao certo o que estão consumindo. A cocaína, por exemplo, é muitas vezes usada de forma insegura, em banheiros públicos sujos e compartilhando os canudos de inalar, aumentando o risco de contaminação e intoxicação. Desta forma, nos *circuitos legalize*, o uso de drogas ilegais é feito de forma abusiva e desregrada necessitando uma melhor atenção do Estado para com os usuários de drogas (que são usuários da cidade), seus saberes e sua saúde mental.

#### **Referências bibliográficas:**

BECKER, H. **Outsiders**. Estudos da sociologia do desvio. 1. ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008.

MACRAE, E. “Antropologia: Aspectos Sociais, Culturais e Ritualísticos”. In; **Dependência de drogas**, Seibel, S. D. e Toscano Jr., A., São Paulo, Editora Atheneu, 2001 pp., 25-34.

\_\_\_\_\_. “A subcultura da maconha, seus valores e rituais entre setores socialmente integrados.” In; BAPTISTA, M. et al. **Drogas e Pós-modernidade**: faces de um tema proscrito. Rio de Janeiro – RJ: Editora da UERJ, 2003. pp. 95-107.

MACRAE, Edward; SIMÕES, Júlio Assis. **Rodas de fumo**: o uso da maconha entre camadas médias urbanas. Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia, 2000. (2a. edição, 2004).

MAGNANI, J. G. **Da periferia ao centro**. Trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

PERLONGHER, N. Territórios marginais. In: GREEN, J. N.; TRINDADE, R. **Homossexualismo em São Paulo**. São Paulo: UNESP, 2005.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Tradução, André Telles. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

ZINBERG, N. **Drug, Set and Setting** The Basis of Controlled Intoxicant Use, New Haven, Yale University Press, 1984.